

cinco por cento) do capital social. **Parágrafo 3º.** A Companhia será representada, isoladamente, por qualquer dos membros da diretoria ou por um procurador com poderes específicos, nos casos de prestação de depoimento pessoal e na qualidade de prepostos em audiências, e no que diz respeito a atos rotineiros e de expediente que envolvam agência governamentais ou outros órgãos governamentais, desde que tais atos não constituam assunção de obrigação ou renúncia a direitos. **Capítulo IV – Da Assembleia Geral:**

Artigo 15º. A assembleia geral tem poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei e pelo presente estatuto social, com autonomia para decidir todos os negócios relativos aos fins sociais da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em Lei, tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. **Parágrafo 1º.** As assembleias gerais serão realizadas, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, sendo permitida a realização simultânea de assembleia geral ordinária e extraordinária. **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pela diretoria, pelo Conselho Fiscal, quando em funcionamento, pelos acionistas ou seus sucessores, no caso de abertura de sucessão. **Parágrafo 3º.** O edital de convocação para Assembleia Geral será enviado aos acionistas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência. **Parágrafo 4º.** A convocação para Assembleia Geral poderá ser dispensada na hipótese de presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Parágrafo 5º.** Os acionistas poderão participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente, conforme previsto no artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76.

Parágrafo 6º. Excepcionalmente, a Assembleia Geral poderá ocorrer integralmente de forma digital, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente, conforme artigo 124, § 2º-A, da Lei 6.404/76. **Artigo 16º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Superintendente e, em sua ausência ou impedimento, por qualquer outro diretor, ou, ainda, na falta destes, por qualquer acionista escolhido por voto da maioria dos presentes. **Parágrafo 1º.** O presidente da assembleia escolherá um secretário, acionista ou não. **Parágrafo 2º.** As deliberações da assembleia geral serão tomadas pelos votos da maioria absoluta dos acionistas presentes, salvo exigência de quórum qualificado, nos casos previstos em Lei, no presente Estatuto Social, ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Capítulo V – Conselho Fiscal: **Artigo 17º.** A Companhia terá um conselho fiscal, de caráter não permanente que somente será instalado nos exercícios sociais em que requerido por acionistas detentores de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações com direito a voto. **Parágrafo 1º.** O Conselho fiscal, quando em funcionamento, será composto por até três membros titulares e um suplente, acionista ou não, eleitos pelo conselho geral, observando-se as qualificações e demais requisitos estabelecidos por Lei, cujos mandatos se estenderão até a realização da Assembleia Geral ordinária do exercício social subsequente a sua instalação. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Registro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **Parágrafo 3º.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, nos limites fixados por Lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados:** **Artigo 18º.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 19º.** Ao fim de cada exercício social, com base na escritura mercantil da companhia, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais, em conjunto, deverão refletir com clareza a situação patrimonial da companhia e as mutações ocorridas no exercício. **Parágrafo 1º.** A Diretoria poderá determinar sejam levantados balanço semestrais, trimestrais, mensais ou referente a períodos inferiores sendo facultado a Diretoria distribuir dividendos intermediários que venham a ser apurados com base em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, apurados de acordo com as demonstrações financeiras do exercício social anterior, ou com balanços acima mencionados. **Parágrafo 2º.** Os dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Parágrafo 3º. A Diretoria poderá determinar o pagamento ou crédito de juros a título de remuneração sobre capital próprio, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes, cujos valores totais deverão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 20º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará a assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto em lei ou no presente Estatuto Social. **Artigo 21º.** Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação eventuais prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda. **Parágrafo 1º.** Os prejuízos do exercício poderão ser absorvidos pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. **Parágrafo 2º.** Do lucro líquido do exercício, serão observadas as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, na forma do art. 193 da Lei 6.404/76; (b) 15% (quinze por cento) do lucro líquido apurado no exercício anterior será distribuído aos acionistas, como dividendos mínimos obrigatórios, descontados eventuais proventos apurados na mesma competência e já pagos, a título de juros sobre capital próprio ou antecipação de dividendos. Os dividendos obrigatórios mínimos poderão deixar de ser distribuídos mediante decisão em assembleia geral, aprovada por votos representativos de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do capital social; e (c) o saldo do líquido do exercício, obtido após a dedução de que tratam os itens acima, serão destinados de acordo com o definido e assembleia, após ouvida a recomendação da Diretoria. **Artigo 22º.** O montante dos dividendos será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que foram atribuídos, salvo deliberação em contrário tomada pela Assembleia Geral; e, em todo e qualquer caso, dentro do mesmo exercício social. **Parágrafo 1º.** Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no artigo 17, alínea “b”, poderão ser pagos em até 12 (doze) parcelas mensais e iguais. **Parágrafo 2º.** Os dividendos não reclamados no prazo de três (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Capítulo VII – Da Transformação: **Artigo 23º.** A Companhia poderá ser transformada de um tipo societário em outro, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, por deliberação de acionistas representando 70% (setenta por cento) do capital social. **Capítulo VIII – Da Dissolução:** **Artigo 24º.** Companhia será dissolvida nos casos previstos no artigo 206 da Lei das Sociedades por Ações, ou por deliberação da assembleia geral, desde que aprovada por acionistas representante 70% (setenta por cento) de seu capital social, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral definirá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e elegerá o Conselho Fiscal que funcionará no período, definindo as diretrizes para sua atuação e fixando os respectivos honorários, sem prejuízo das demais providências necessárias ao processamento da liquidação. **Capítulo IX – Disposições Finais:**

Artigo 25º. A Companhia e seus administradores observarão os Acordos de Acionistas arquivados na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo à administração abster-se de registrar transferências por ações contrárias aos respectivos termos, e ao presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os termos acordados em referidos acordos. **Artigo 26º.** Os casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social serão submetidos e resolvidos pela Assembleia Geral, a eles se aplicando as disposições legais pertinentes. **Artigo 27º.** Foro de Eleição: todos os litígios, disputas, controvérsias e divergências emergentes da aplicação e interpretação do presente estatuto social, da Lei das Sociedades por Ações e das demais disposições legais ou assembleares relacionadas a relações societária ou delas decorrentes, envolvendo a Companhia, seus acionistas ou administradores, serão resolvidos no Foro da Comarca de Osasco-SP, com exclusão de qualquer outro. Advogado responsável: Luis Augusto Egydio Canedo – OAB/SP 196.833. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 138.609/25-1 em 24/04/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em exercício.



CAS Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia 12/12/25, às 10hs, na sede social em SP/SP, à R. Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: **a)** Deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados até 31/12/2025; **b)** Prioridade de pagamento dos lucros apurados em 31/12/25 em relação aos lucros apurados a partir de 2026, até 31/12/28. São Paulo, 03/12/25. Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (03, 04 e 05/12/2025)

Ravipa Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.672/0001-68 - NIRE 35.300.485.777

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2025

Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano de 2025, às 10:00 (dez) horas, na sede da Ravipa Investimentos e Participações S.A. (a “Companhia”), localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamorê, nº. 535, Sala 702, Parte B, 7º Andar, Edifício Personal Business Office, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06454-910. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do §4º do artigo 124, da Lei Federal nº. 6.404/76 (a “LSA”), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia (os “Acionistas”), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** Sr. Paulo Deniz Marques da Costa (Presidente) e Sr. Vitor Spaziani Marques da Costa (Secretário). **Ordem do Dia: Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Alienação de imóvel. **Deliberações:** Foram deliberadas, à unanimidade de votos dos Acionistas presentes, sem restrições ou oposições, as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **1.** Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumária dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º e § 2º da Lei das S/A; **2.** Aprovar a venda do imóvel, descrito abaixo, pelo preço mínimo de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). **a) Imóvel:** Prédio residencial situado na Rua Maurílio Decio Campiotto nº 45, antigo nº 50, com 56,76m² de área constituída pelo lote nº 48, da quadra nº 01, do loteamento denominado “Parque Santa Ihereza”, nesta cidade, município e comarca de Carapicuíba, Estado de São Paulo, medindo 10,00m de frente para a referida rua; do lado esquerdo confronta com o lote nº 49 onde mede 25,00m; nos fundos confronta com os lotes n°s 54 e 55 onde mede 10,00m; do lado direito confronta com o lote nº 47, todos da mesma quadra, onde mede 25,00m; encerrando a área total de 250,00m². Cadastrado na Prefeitura Municipal de Carapicuíba/SP sob o nº 23234.22.50.1310.00.000. Registrado na matrícula nº 19.940 no Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Carapicuíba/SP. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da LSA, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os Acionistas presentes, a saber: (i) Paulo Deniz Marques da Costa; e (ii) Elisabetta Spaziani Marques da Costa. Barueri, 19 de novembro de 2025. Sr. Paulo Deniz Marques da Costa (Presidente) e Sr. Vitor Spaziani Marques da Costa (Secretário). A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. Subscritores: Paulo Deniz Marques da Costa e Elisabetta Spaziani Marques da Costa. JUCESP nº 409.015/25-8 em 01/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de novembro de 2025, às 17h00, na sede social da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”), na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 1, 15, 16, 17, 19, 20 e 21, Condomínio Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, CEP 12952-820. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jairo Aparecido Yamamoto e secretariados pelo Sra. Priscila Maiocchi da Cruz. **4. Ordem do Dia:** Deliberação acerca da ratificação das decisões do Conselho de Administração referentes à distribuição de dividendos, proferidas nas reuniões de 18 de junho de 2025, 29 de agosto de 2025 e 27 de novembro de 2025, na forma a seguir: a) a Distribuição de Dividendos dos lucros acumulados até o final de 2024, tendo em vista a Lei nº 15.270/25; b) a Distribuição de Dividendos dos lucros gerados em 2025, referente ao resultado ao exercício de 2025, tendo em vista a redação do Projeto de Lei nº 1.087/25, ainda pendente de sanção presidencial; c) a emprego de lucros acumulados e subvenção de investimento para o aumento de capital da Companhia; e d) os termos de pagamento, creditamento, emprego ou entrega dos dividendos deliberados nos itens a) e b), tendo em vista a redação do Projeto de Lei nº 1.087/25, ainda pendente de sanção presidencial. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: a) Aprovar a Distribuição de Dividendos dos lucros acumulados até 2024, conforme reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 27 de novembro de 2025, no valor correspondente a R\$ 99.140.000,00 (noventa e nove milhões cento e quarenta mil reais), registrado-se o valor deliberado à conta de dividendos distribuídos à pagar aos seus acionistas, na forma do art. 38 do Estatuto. b) Aprovar a Distribuição de Dividendos dos lucros gerados em 2025, complementar ao item a) referente ao resultado do exercício de 2025, conforme reuniões do Conselho de Administração, ocorridas em 18 de junho de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 24 de junho de 2025, sob o nº 230.066-25-2, em 29 de agosto de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 10 de setembro de 2025, sob o nº 319.861/25-9 e em 27 de novembro de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 28 de novembro de 2025, sob o nº 408.956/25-2, no valor correspondente a R\$ 20.840.000,00 (vinte milhões oitocentos e quarenta mil reais), registrado-se o valor deliberado à conta de dividendos distribuídos à pagar aos seus acionistas, na forma do art. 38 do Estatuto Social. c) Aprovar a conversão em capital do lucro acumulado exercício de 2025, até o mês de outubro e das reservas de subvenção, nos valores, respectivos, de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) e R\$ 236.000.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões de reais); d) Em complemento ao item c) aprovar a convenção em capital do restante do lucro apurado e da reserva de subvenção, segundo os princípios contábeis geralmente aceitos, apurados até o final do ano de 2025, seja qual for o valor apurado, cuja estimativa é, respectivamente, de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) e R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). e) Aprovar que que qualquer variação do lucro e da reserva de subvenção efetivamente apurada do final do ano de 2025 em relação aos valores mencionados no item “c” e “d”, positiva ou negativa, deverão impactar o aporte de capital da deliberado, de maneira que a totalidade do lucro e da subvenção de investimento constatados de maneira acumulada no final de 2025, subtraída das distribuições que tratam os itens a) e b), sejam capitalizadas. f) Aprovar os termos para o pagamento, creditamento, emprego ou entrega dos dividendos deliberados no item “a” e “b”, como segue: • Os dividendos antecipadamente pagos, observados os limites de valores, conforme reuniões do Conselho de Administração, ocorridas em 18 de junho de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 24 de junho de 2025, sob o nº 230.066-25-2, em 29 de agosto de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 10 de setembro de 2025, sob o nº 319.861/25-9 e até o valor total de R\$ 17.448.006,30 (dezessete milhões quatrocentos e quarenta e oito mil seis reais e trinta centavos), observarão a posição acionária da data dessa deliberação e serão abatidos do saldo distribuição aprovada no itens b), devendo ser abatidos da conta de dividendos distribuídos à pagar aos seus acionistas, na forma do art. 38 do Estatuto Social • Os saldos dos dividendos deliberados serão pagos, creditados, empregados ou entregues em 31 de dezembro de 2028, sendo permitido à Sociedade antecipar o pagamento a entrega ou emprego desses dividendos. • Os dividendos poderão ser empregados no aumento de capital da Sociedade. • Caso inexistir caixa livre suficiente em 31 de dezembro de 2028 para efetuar o pagamento ou entrega integral dos dividendos deliberados, o saldo a pagar será empregado na data limite no aumento de capital da Sociedade. • Será observada a posição acionária do efetivo pagamento, emprego ou entrega dos dividendos para a determinação do recebível individual de cada sócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Extraordinária foi suspensa para lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Jairo Aparecido Yamamoto (Presidente); Priscila Maiocchi da Cruz (Secretária); Acionistas: Firstbrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda., Jairo Aparecido Yamamoto, Márcia Regina Hirota Yamamoto, Carolina Sommer Mazon, Maira Vendramini Medeiros, Rachel Giachini Sampaio Ferreira, Ricardo Vinicius Ferrari, Marcos Henrique Chepuck Miazzo, Ana Lais Nascimento Vieira, Carlos Eduardo Rodrigues Silva, Denise Machado de Campos Ruggiero, Fernanda Furtado Gambim, Igor Juares Cabral, Jonathan Pinto Morales, Juliana Pinto Morales, Michele Carusi, Olga Maria Costa Santos, Renata Coli Viotto, Verena Maria Torres, Carlos José Giusti, Josué Ferreira Vida, Marcella Belotti, Marina Quesiti Accattini, Priscila Maiocchi da Cruz e Valdecir Aparecido da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Atibaia - SP, 28 de novembro de 2025.

Masiero Industrial S.A.

CNPJ nº 50.751.643/0001-45

Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social em Jaú-SP, na Rodovia Jaú-Dois Córregos, Km 06, no dia 12 de dezembro de 2025, às 18:00 (dezoito) horas, a fim de tomar conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação demonstrações financeiras/2024; **b)** Destinação Reservas de Lucros; **c)** Aprovar sobre a distribuição de lucros e dividendos, previsto no PL 1.087/2025; e **d)** Outros assuntos de interesse. Paulo Brasil Masiero, Diretor Superintendente. (02, 03 e 04/12/2025)

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - Companhia Aberta

Cancelamento da Convocação Realizada em 27 de novembro de 2025 e novo Edital de Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Emissora”) na qualidade de emissora das debêntures objeto da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Companhia (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), vem, por meio do presente: (A) cancelar a Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, Da Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S.A. (“Debenturistas”), publicada em 27.11.2025, 28.11.2025 e 29.11.2025 no Data Mercantil (“Edital Anterior”); e (B) realizar nova Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, Da Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S.A., a ser realizada em 23 de dezembro de 2025, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”) por meio de sistema eletrônico *Microsoft Teams* (“Plataforma Digital”), cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas que se habilitarem validamente, nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre: **Considerando Que:** (I) após a publicação do Edital Anterior houve questionamento dos Debenturistas; (II) a Emissora deseja esclarecer alguns aspectos da Venda Forçada (conforme definida abaixo); (III) à época da realização da Emissão, foi informado aos Debenturistas que Furnas havia ingressado com arbitragem objetivando exercer a preferência para aquisição da totalidade da participação detida pela Juno Participações e Investimentos S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.252.691/0001-86 (“Juno”) na Jtª Participações e Investimentos S.A. (“Tijoa”) e na CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A., correspondente a 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social de cada companhia (“Arbitragem Furnas”); (IV) o “Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.”, celebrado em 25 de março de 2022, entre a Companhia, na qualidade de Emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 03.014.553/0001-91 (“TPI”), a Brvias Holding Tbr S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.347.081/0001-75 e a Juno e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0004-01, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”), conforme aditada (“Escritura de Emissão”) previu mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória em caso de “venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Alienasdas Fiduciariamente da Tijoa ou das Ações Alienasdas Fiduciariamente da Juno, incluindo, mas não se limitando a eventual venda forçada”; e (V) os contratos de garantia da Emissão preveem “Os recursos depositados na Conta Vinculada da Juno decorrentes dos Direitos Creditórios da Venda das Ações da Tijoa, após a realização dos procedimentos previstos nas Cláusulas 3.1.1.2 e 3.1.1.3 acima, deverão ser utilizados para realização da amortização extraordinária obrigatória das Debêntures TBR, nos termos da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão TBR”, sendo a definição de “Direitos Creditórios da Venda das Ações da Tijoa” “a totalidade dos recursos que venham a ser devidos à Emissante em razão de eventual venda das Ações Alienasdas Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando, a eventual venda forçada das Ações Alienasdas Fiduciariamente e/ou dos Ativos Adicionais para a Furnas em decorrência de decisão favorável à Furnas no âmbito da Arbitragem ou qualquer decisão judicial favorável à Furnas com o mesmo objeto”. (VI) em decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, no âmbito do procedimento arbitral CCB 36/2021/SEC6, foi deferido o pedido de Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras (“Axia”), de concessão de tutela específica do direito de preferência previsto nos acordos de acionistas da Tijoa, determinando-se que Juno pratique os atos necessários à alienação, em favor da Axia, das ações de sua emissão e de propriedade da TPI (“Decisão Arbitral” e “Venda Forçada”); (VII) a Decisão Arbitral caracteriza-se como hipótese de venda forçada das Ações Alienasdas Fiduciariamente, nos termos previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia Juno; (VIII) após a Decisão Arbitral, Axia e TPI travaram disputadas acerca do valor da venda das ações e que recentemente chegaram a um entendimento sobre referido valor, de modo a encerrar a disputa, no melhor interesse de todos, inclusive da Emissora; (IX) a Venda Forçada implica a transferência do controle societário da Juno e da Tijoa para o(s) novo(s) acionista(s); (X) o mecanismo da Amortização Obrigatória prevê que o cronograma de amortização deve ser alterado para contemplar o valor da Amortização Extraordinária (“Alteração do Cronograma de Amortização”); (XI) apesar de a Escritura prever o mecanismo de Amortização Extraordinária e não obstante ser uma consequência natural da Venda Forçada, a Emissora deseja realizar a presente AGD visando atribuir conforto às Partes com relação à liberação das garantias, bem como assegurar que o pagamento da Amortização Extraordinária seja feito nos moldes previstos na Escritura e demais documentos da Emissão. (XII) em caso de cumprimento dos Índices Financeiros, a Escritura de Emissão prevê que “o montante mínimo de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo esse valor corrigido pela variação positiva do IPCA desde a presente data” deve ser destinado à Amortização Extraordinária; (XIII) a Emissora, com base nas Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2025 utilizou a mesma metodologia aplicada no cálculo dos últimos Índices Financeiros e comprovou o cumprimento de seu Índice Financeiro; (XIV) a Emissora deseja realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória e aplicar o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) obtido com a Venda Forçada, corrigido pela variação positiva do IPCA desde a Data de Emissão, nos termos da Escritura de Emissão, proveniente da Alienação (“Valor da Amortização”) na Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures; (XV) a Emissora deseja que o cumprimento do previsto nos documentos da Emissão e na Decisão Arbitral seja realizado com absoluta segurança jurídica para todas as Partes; **Matérias Objeto da Deliberação:** (i) autorização para liberação, sob Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) (“Liberação das Garantias”); (a) da Fiança (conforme definida na Escritura de Emissão) outorgada pela Juno em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definida na Escritura de Emissão) (“Fiança Juno”), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) a Juno deixará de ser parte da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e todas as obrigações lá previstas com relação, exclusivamente, à Juno perderão a sua validade e eficácia, de forma automática; (b) da totalidade das obrigações e garantias outorgadas pela Juno no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aquelas assumidas e/ou outorgadas no âmbito da Escritura de Emissão e do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Juno, Tijoa, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Tijoa, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento (“Contrato de Garantia Juno”), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia Juno perderá a sua validade e eficácia, de forma automática e todas as obrigações previstas nos documentos da Emissão relativas à Tijoa perderão a sua validade e eficácia, de forma automática; e (c) da totalidade das garantias da TPI e da Mercúrio outorgadas, exclusivamente, no âmbito do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a TPI, a Mercúrio, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Juno, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento (“Contrato de Garantia TPI e Mercúrio”), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia TPI e Mercúrio perderá a sua validade e eficácia, de forma automática; e Se aprovados os itens acima: (i) a Juno será, sob Condição Suspensiva, liberada da condição de garantidora da Escritura de Emissão, bem como, após o implemento da Condição Suspensiva, as ações de sua emissão e de emissão da Tijoa e os ativos de sua propriedade e/ou posse não figurarão mais como garantias no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia Juno e do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio (“Garantias”); e (ii) o Agente Fiduciário deverá assinar, sob Condição Suspensiva, o termo de liberação das garantias acima descritas na data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a “Condição Suspensiva” será a realização do fechamento da Venda Forçada descrita no item (i) acima e será considerada implementada simultaneamente à transferência da totalidade das ações de emissão da Juno para o comprador, sendo que a Emissora e/ou o(s) novo(s) acionista(s) da Juno poderão notificar o Agente Fiduciário acerca da implementação da Condição Suspensiva, e tal notificação será válida para fins da verificação da Condição Suspensiva pelo Agente Fiduciário. O termo de liberação deverá prever ainda a mais ampla, irrevogável e irretroatável quitação para a Juno e a Tijoa em relação a toda qualquer obrigação da Juno e da Tijoa, presente, passada e futura, no âmbito das Debêntures. (ii) caso aprovados os itens acima, a alteração do cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures previsto na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão, de modo que a tabela de amortização prevista na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão seja ajustada para incluir uma nova parcela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures em montante equivalente ao Valor da Amortização, sendo que tal amortização deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada (“Alteração do Cronograma de Amortização”); (iii) caso aprovado os itens acima, aditamento à Escritura de Emissão a fim de excluir as Cláusulas 6.2 e 6.3 da Escritura de Emissão, sendo que tal aditamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada; (iv) caso aprovados os itens acima, nos termos da Cláusula 3.1.2(a)(a.2) do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio, autorização para, após o cálculo do valor da correção do Valor da Amortização (conforme correção prevista na Escritura de Emissão) pelo Agente Fiduciário, e desde que não esteja em curso um Evento de Retenção, transferência do excedente do Valor da Amortização corrigido para a Conta de Livre Movimentação, em até 1 (um) Dia Útil do cálculo acima pelo Agente Fiduciário, sendo que a liberação para a Conta Vinculada do valor excedente não deverá ser posterior ao prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada; e (v) a concessão de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens anteriores, incluindo, a assinatura e o registro de termo de liberação, sob Condição Suspensiva, das Garantias, bem como as respectivas averbações nos livros societários aplicáveis; e aditamento à Escritura de Emissão o qual deverá ser celebrado em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada. A Companhia ressalva que, a prévia submissão para deliberação das matérias constantes na Ordem do Dia da Assembleia Geral de Debenturistas não representa novação ou renúncia aos direitos da Companhia previstos nos Documentos da Emissão, tal como previsto em tais documentos. As matérias objeto da ordem do dia devem ser aprovadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). A Assembleia será exclusivamente por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas habilitados que enviarem aos endereços ri@triunfo.com.br e agente@fiduciario@vortex.com.br; jsc@vortex.com.br, imprimeiramente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas (“Instrução de Voto à Distância”), conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website <https://www.triunfo.com.br/> e atendidos os requisitos apontados no referido modelo, o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@triunfo.com.br e agente@fiduciario@vortex.com.br; jsc@vortex.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. A Instrução de Voto à Distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista, ou por seu representante legal (sendo admitida a assinatura digital), e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do Debenturista. Mesmo após o eventual envio de Instrução de Voto à Distância, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua Instrução de Voto à Distância previamente enviada desconsiderada. O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos. As instruções gerais para participação na Assembleia Geral de Debenturistas, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, inclusive o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede da Companhia, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); (ii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia e (iv) do Agente Fiduciário (<https://www.vortex.com.br/investidor>). Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado atribuído na Escritura de Emissão e nos Editais. 02 de dezembro de 2025. Paulo Roberto Hanke, Diretor de Relações Com Investidores. (02, 03 e 04/12/2025)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/12/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

